



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB

CFORM /SEEDF/MEC

**Educação de jovens e adultos: uma experiência
de alfabetização e letramento na “Casa de Paulo
Freire” – São Sebastião - DF**

SIRLEY RODRIGUES DE SOUSA

Brasília, 05 dezembro de 2015.

Sirley Rodrigues de Sousa

**Educação de jovens e adultos: uma experiência de
alfabetização e letramento na “Casa de Paulo Freire” – São
Sebastião - DF**

Brasília, 05 dezembro de 2015.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-UNB/CFORM/SEEDF/MEC

Educação de jovens e adultos: uma experiência de alfabetização e letramento na “Casa de Paulo Freire” – São Sebastião - DF

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Especialização em Letramentos e práticas interdisciplinares nos Anos Finais (6º a 9º ano) como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Letramentos e práticas interdisciplinares.

Orientadora: Profª.Dra. Norma Lucia Neris Queiroz.

Brasília, 05 de dezembro de 2015.

Sirley Rodrigues de Sousa

**Educação de jovens e adultos: uma experiência de
alfabetização e letramento na “Casa de Paulo Freire” – São
Sebastião - DF**

Banca Examinadora:

Profa Dra.Norma Lucia Neris Queiroz (Orientadora)

Prof. Dr. Elias dos Santos Batista

Prof. Paulo Cesar Ramos Araujo

Brasília, 05 de dezembro de 2015.

Dedicatória

Aos alfabetizados da “Casa de Paulo Freire’ que sempre me tratou como uma velha amiga e me fez entender o pensamento de Paulo Freire (2000). O ato de aprender é “construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura, ao risco e á aventura do espírito” (p.26).

Agradecimentos

Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus, o Senhor de minha vida.

À professora Norma Lúcia, minha orientadora, pela paciência e incentivo todos os dias.

À professora Miliane Nogueira que iniciou comigo esta longa caminhada.

À professora Danúzia Gabriela Florêncio que com dedicação e paciência conduziu-me a esta jornada.

À professora Mara Franco que por meio de seu exemplo fez brotar em mim o amor e a dedicação à educação de jovens e adultos, especialmente ao educador Paulo Freire.

Ao meu esposo Edson Ataídes, que de forma especial e incondicional, tem me dado força e coragem, apoiando-me em todos os momentos de estudos e de dificuldades.

Ao meu amigo, jornalista Trajano Jardim, sobrevivente da ditadura, por me ajudar em todos os momentos, levando-me a refletir sobre as várias ideologias que nós educadores nos deparamos cotidianamente.

E por fim, agradeço às coordenadoras deste curso, as professoras Márcia Elizabeth Bortone, Daniele Marcelle Grannier e Paola Aragão por estarem sempre preocupadas com o nosso desenvolvimento pessoal e profissional.

Desde muito pequenos aprendemos a entender o mundo que nos rodeia. Por isso, antes mesmo de aprender a ler e a escrever palavras e frases, já estamos “lendo”, bem ou mal, o mundo que nos cerca. Mas este conhecimento que ganhamos de nossa prática não basta. Precisamos ir além dele. Precisamos conhecer melhor as coisas que já conhecemos e conhecer outras que ainda não conhecemos. (...)

Paulo Freire (2003)

RESUMO

Este estudo tem como objetivo investigar a prática pedagógica desenvolvida em uma Organização não Governamental, chamada Casa de Paulo Freire em São Sebastião no Distrito Federal. Elegemos como objetivos específicos: caracterizar a alfabetização e letramento; identificar a percepção dos alunos sobre o que vem a ser letramento; identificar as estratégias de trabalho com letramento presentes na Casa de Paulo Freire; analisar como as práticas pedagógicas desenvolvidas articulam o letramento. Para fundamentar a análise de dados apoiou nos estudos de: Paulo Freire Optou-se pela abordagem qualitativa com a pesquisa de campo. Os participantes foram os alfabetizandos da “Casa de Paulo Freire” e o professor-alfabetizador. Os instrumentos e técnicas utilizadas foram: observação em sala de aula e entrevistas semiestruturada com o professor-alfabetizador. Os resultados evidenciam que os alfabetizandos estão conseguindo realizar os seus sonhos, ou seja, comprovadamente, eles saem da Casa de Paulo Freire alfabetizados, críticos, questionadores e prontos para dar continuidade aos seus sonhos. Mesmo com todo esforço do professor Elias da Casa de Paulo Freire ainda é preocupante o número de analfabetos na cidade de São Sebastião. Concluímos que agora cabe uma reviravolta por parte dos nossos governantes em priorizar e estruturar a EJA no Distrito Federal.

Palavras-chave: Alfabetização de Jovens e Adultos. Letramentos

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA

AGRADECIMENTOS

RESUMO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1.1. O histórico da educação de jovens e adultos no Brasil

1.2. Princípios Freirianos

1.3. Implantação da Democracia e a EJA

1.4A globalização e as novas exigências educativas

1.5 Método de alfabetização de Paulo Freire

1.6 O papel da educação

Capítulo II: METODOLOGIA DA PESQUISA

2.1 Contexto da pesquisa

2.2 Participantes do estudo

2.3 Instrumentos para coleta de dados

2.4 Procedimentos metodológicos

CAPÍTULO III: ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1. A prática pedagógica de alfabetização e letramento

3.2. O discurso dos alfabetizandos

3.3 O discurso do alfabetizador

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

APENDICES

I - INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização Letramentos e práticas interdisciplinares nos anos finais (6º ao 9º), cujo título: Educação de jovens e adultos: uma experiência de alfabetização e letramento na “Casa de Paulo Freire” tem como objetivo investigar a prática pedagógica desenvolvida em uma Organização não Governamental, chamada Casa de Paulo Freire em São Sebastião no Distrito Federal.

Ao longo da história da educação brasileira, em diversos lugares, registram-se ações de setores governamentais e comunidades que lutam contra a exclusão dos educandos da escola. Ao mesmo tempo, se observou que Programas educacionais governamentais não atingem com muito sucesso a inclusão escolar, especialmente, de jovens e adultos. Com isso, entidades e novos atores da sociedade civil têm entrado em cena e vem colaborando com a democratização da escola e a inclusão de pessoas, como é o caso da experiência de alfabetização e letramento que fundamenta este estudo.

No Brasil, há experiências educativas que buscam a qualidade da educação e a organização criativa de práticas pedagógicas, privilegiando o processo de desenvolvimento e aprendizagem de jovens e adultos e, ainda contribuem, neste caso, para a libertação dos oprimidos, uma vez que os alfabetizando, quando aprendem a ler e escrever se descobrem, tomam consciência de sua existência, se sentem desafiados a desvendar os mistérios de sua constituição, a partir da incorporação de novas palavras e novas atitudes cidadãos em seu cotidiano.

Para garantir a permanência de jovens e adultos nas experiências educativas, é necessário criar ambientes acolhedores com ações que devam ser fortalecidas na proposta pedagógica de cada entidade, respeitando as características individuais de cada alfabetizando e acreditando que todos eles são capazes de aprender, desde que estruturarem as possibilidades e se estabeleçam estratégias na ordenação das práticas pedagógicas de qualidade.

Escolhemos para investigar a prática pedagógica da educação de jovens e adultos, especialmente, o processo de alfabetização, realizado com

um grupo de educandos que retomaram à escolarização em uma experiência educativa comunitária na cidade de São Sebastião no Distrito Federal, porque conhecemos na “pele” o sofrimento de tantos “irmãos brasileiros” que não sabem ler nem escrever, os quais em sua maioria são pobres e negros e foram excluídos da escola, marcados pela opressão em todos os lugares. Ribeiro (1995) nos lembra que:

(...) nenhum povo que passasse por isso como sua rotina de vida, através de séculos sairia dela sem ficar marcado indelevelmente. Todos nós brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sofrida que somos e gente insensível e brutal, que também somos. (...) O povo Brasileiro (p. 120)

De um modo geral, observam-se cidadãos que têm objetivos de vida, conhecem a realidade em que vivem, mas têm dificuldades de expor seus pensamentos e com isso não se posicionam de forma crítica, não por falta de competência, mas porque já internalizaram que não são e não sabem nada.

Soares (2001) afirma que uma pessoa alfabetizada é aquela que sabe ler textos e escrever um texto simples. Já a pessoa letrada consegue ir mais além, atende às demandas sociais da leitura e da escrita, como, por exemplo, escreve uma carta, um bilhete, ou seja, consegue escrever um texto de sua própria autoria, enfim, produz alguns gêneros textuais. Isto é, essa pessoa pode mudar seu lugar na sociedade, até mesmo o modo de falar com os outros e dos outros.

Os jovens e adultos que residem em centros urbanos brasileiros que exigem de seus habitantes o letramento para sobreviver e trabalhar, começando pela estrutura física de zoneamento da cidade (endereço) e o mercado de trabalho, cujos postos de trabalho mais simples exigem o nível de escolaridade do ensino fundamental completo. Diante destas reflexões elaborou-se diversos questionamentos: Quais os objetivos da EJA no século XXI? Como a educação de jovens e adultos é realizada no DF? Será que a EJA não foi criada para reverter os casos de pessoas jovens e adultas que precisavam estudar e aprender? Como os jovens e adultos aprendem a ler e escrever nos dias de hoje? Com base nessas questões, selecionamos uma

delas para desenvolver esta investigação. O nosso problema de pesquisa então foi configurado: como os jovens e adultos aprendem a ler e escrever nos dias de hoje? Considerando que diversos jovens e adultos se encontram na condição de não alfabetizados e por diversos problemas não tiveram a oportunidade de aprender a ler e escrever na idade regular.

Para desenvolver essa investigação, buscou-se compreender os fundamentos teóricos e históricos da EJA no Brasil; identificar as contribuições da alfabetização na vida dos educandos; assim como a importância da EJA, especialmente, o trabalho de alfabetização para os jovens e a

Diante disso, sabe-se que para os jovens e adultos não é somente importante ler e escrever no mundo atual em que vivem. Eles precisam estar prontos para interagir com o mundo e com o meio onde estão inseridos. Neste sentido, o processo de alfabetização deve vir acompanhado do letramento para inserir esses alfabetizados na cultura letrada.

Em síntese, como dizia Paulo Freire (1996), ler é mais do que operar uma decodificação de palavras e de frases: é participar das representações do autor do texto lido e mergulhar em representações equivalentes. Vale mais dizer: ler é reescrever o que estamos lendo; é descobrir, imaginar, sonhar. "(...) A compreensão do texto a ser alcançado por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto" (FREIRE, 1989, p.11).

Este estudo pode ajudar outros educadores e futuros professores a desenvolver a sua prática educativa com jovens e adultos e compreender as dificuldades desses alfabetizados e sanar essas dificuldades.

Sendo assim, este estudo ganha relevância como uma tentativa de compreender como era realizado o processo de alfabetização e letramento e como ele se configurava em uma das turmas de uma experiência comunitária na "Casa Paulo Freire" na cidade de São Sebastião, no Distrito – DF para que possa estimular outros grupos comunitários a contribuírem com essa tarefa social de incluir e de transformar pessoas em cidadãos e cidadãs por meio da leitura e da escrita. Além disso, acredita-se que os resultados deste estudo possam influenciar outros alfabetizadores comunitários e professores de escolas públicas que atuam com jovens e adultos a realizarem uma prática pedagógica de sucesso com os alfabetizados das turmas que estão sob sua responsabilidade.

A presente investigação tem como objetivo geral: investigar como a prática pedagógica realizada em uma organização não governamental tem contemplado a alfabetização e o letramento na educação de Jovens e Adultos.

Para alcançar o objetivo geral desta investigação, traçamos os seguintes objetivos específicos:

- Descrever a experiência de Alfabetização de Jovens e Adultos na “Casa Paulo Freire”, entidade não-governamental da cidade de São Sebastião – DF.
- Identificar as concepções de alfabetização e letramento que a entidade defende para embasar a prática pedagógica desta turma.
- Identificar as práticas de alfabetização letramento que mais despertam interesse dos alfabetizandos da turma pesquisada.
- Investigar como a organização das salas de aulas foi pensada, buscando identificar se favorecem ou não ao processo de alfabetização e letramento vivenciado pelo grupo pesquisado.

Para uma melhor compreensão do tema investigado, os resultados desta investigação encontram-se estruturados em três capítulos. No primeiro capítulo, construímos o Referencial Teórico, abordando aspectos referentes ao tema e os principais conceitos com vistas a subsidiar a análise de dados. Esse capítulo foi subdividido em cinco partes. Na primeira parte “Um breve histórico da educação de jovens e adultos”, apresentamos de forma sucinta os caminhos percorridos pela educação de adultos do período colonial às oportunidades oferecidas no século XXI, às perspectivas da alfabetização e letramento e as práticas pedagógicas para jovens e adultos na perspectiva de Paulo Freire.

O segundo capítulo aborda a metodologia de pesquisa utilizada na presente investigação, orientadora do caminho trilhado até a escolha dos dados. Nesse percurso, optou-se pela abordagem qualitativa e como instrumentos de coleta de dados, a entrevista semiestruturada com um dos educadores e sua turma e observações participantes em uma turma de

alfabetização de jovens e adultos. O contexto pesquisado, os participantes e os procedimentos de geração de dados também foram apresentados, buscando situar o leitor frente à realidade da pesquisa.

No terceiro e último capítulo, apresentamos os resultados e a discussão dos dados da investigação alicerçados pela fundamentação teórica apresentada, buscando ampliar nosso olhar sobre as práticas de alfabetização e letramento construídas com jovens e adultos na “Casa de Paulo Freire” na cidade de São Sebastião do Distrito Federal.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo trata do referencial teórico da educação de jovens e adultos, no Brasil, discutindo brevemente sua origem até os dias atuais. Ao realizar esta investigação, abordando a presente temática, apoiamos na necessidade de ampliar o olhar dos alfabetizadores e futuros professores sobre as práticas de alfabetização e letramento, para que possam responder as indagações cada vez mais frequentes da sociedade atual sobre o tema: leitura e escrita, em uma perspectiva macro de compreensão do uso social de tais processos. Permitindo aos alfabetizadores e aos professores repensarem sua atuação na sala de aula, com vistas os interesses e saberes que os jovens e adultos construiram independente dos saberes que por ventura venham da leitura e da escrita.

O adulto traz consigo as experiências de leitura, escrita e letramento utilizadas no decorrer de sua vida, como, por exemplo, que é pagar as contas de luz, água, comprar alimentos, pegar ônibus, ler bulas de remédios e as diversas situações em que o próprio educando tem de assinar o nome, mas sente vergonha de se expor em frente aos outros, quando tem de utilizar a assinatura digital (marcar com o polegar direito) e não com a escrita. Diante de situações constrangedoras como, por exemplo, vergonha e medo, homens e mulheres que se sentirem “vazios de seus saberes” procuram uma escola com o objetivo de aprender a traçar a escrita, e especialmente, aprender a ler e escrever os textos que precisam para viver na sociedade de forma cidadã.

1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1.1 O histórico da educação de jovens e adultos no Brasil

A educação de jovens e adultos, no Brasil, teve início no período colonial (QUEIROZ, 2003), no qual encontramos as primeiras formas de educação, envolvendo os adultos, mais especificamente, indígenas e negros, realizadas pelos jesuítas por meio da catequização. O objetivo de educar esses adultos era a difusão do catolicismo por meio do abrandamento das resistências

aborígenes e do combate aos cultos africanos, convertendo-os em cristão submissos e obedientes.

Na fase colonial, grande parcela da população brasileira se encontrava excluída da escola, como por exemplo: as mulheres, os escravos, os pobres e os indígenas, etc. Romanelli (1978) afirma que, no Brasil Colonial, a instrução em si não possuía grande relevância para a construção da sociedade já que as atividades produtivas não exigiam formação da mão-de-obra “quer do ponto de vista de sua administração, quer do ponto de vista da profissão. O ensino, assim, foi conservado à margem, sem utilidade prática visível para uma economia fundada na agricultura rudimentar e no trabalho escravo” (ROMANELLI, 1978, p. 34).

A educação seguiu essa trajetória até após a Reforma Pombalina, com a expulsão dos jesuítas da Colônia, e com a vinda da família real para o Brasil, quase 300 anos depois, isto é, em 1876, encontramos registros da difusão do ensino noturno para adultos no país, denominada, então, de educação popular.

Apesar disso, há registros do direito à educação primária pública para todos os cidadãos antes de 1876 com a proclamação da Constituição de 1824. Essa Constituição expressou a preocupação com a educação para os adultos. Entretanto este direito não se estendeu ao plano real, segundo Beisiegel (1974), a educação não se estendeu em função de quem eram os cidadãos desse tempo? Quais as condições eram oferecidas para assegurar a oferta dessa educação? Segundo Beisiegel (1974),

(...) a afirmação legal do direito do cidadão à educação elementar e as disposições quanto à criação das escolas de primeiras letras não criavam em si, as condições da instrução popular (p. 6).

Podemos compreender que a situação política e econômica do país não exigia que sua população trabalhadora fosse escolarizada. Esse investimento não era significativo até os primeiros 25 anos do regime republicano, considerando que a população do campo (maior parte da população brasileira no período) estava submetida aos laços paternalistas e da dominação política pelos donos de terra (elites oligárquicas). Segundo Paiva (1972),

historicamente, as ações de educação de adultos não tinham a instrução como necessidade imediata.

Assim, segundo Paiva (1972) a república brasileira não criou condições necessárias para a inclusão da maioria da população na escola, pois a Constituição Republicana instituiu a exclusão de grande parte dos direitos políticos da população, ao proibir a participação, na vida política, das mulheres, dos analfabetos e dos menores de 21 anos.

PAIVA (1972) só com a Lei Saraiva de 1882, incorporada à Constituição Federal de 1891, a escolarização passou a se tornar um critério de ascensão social, uma vez que se restringiu o voto do analfabeto, alistando somente os eleitores e candidatos que dominassem as técnicas de leitura e escrita e não somente pelo critério de renda como ocorriam anteriormente, Dessa forma, essas decisões políticas beneficiava apenas os setores médios e emergentes que pressionavam por participar do poder e que tinham na instrução um instrumento de ascensão social e política, que nessa época o analfabetismo era associado à incapacidade e à incompetência. (p.400)

Paiva (1972) assim, embora países como o Brasil ainda mostrem índices de 13% de analfabetismos absoluto, centrado na zona rural e na população mais idosa, o tema deslocou-se para outro plano (p.411)

As décadas de 1920 e 1930 marcaram significativamente o cenário educacional brasileiro. Na década de 1920, pronunciava-se a mobilização em torno do problema educacional no Brasil, defendendo a oferta da educação como dever do Estado para aqueles que tivessem direito à educação, especialmente, as crianças a partir de sete anos de idade. O ensino dos adultos das classes laboriosas, preocupando a muitos a difusão do ensino como instrumento de estruturar o poder a fim de evitar a convulsão social e de adotar soluções sindicadas pelos agitados socialistas (PAIVA, 1972).

O período de 1930 e 1945 apresenta no âmbito da educação, fases bastante diferenciadas. Refletem-se na esfera educativa, as transformações do regime político (PAIVA, 1972). No governo provisório, Vargas incluía a difusão intensiva do ensino público, principalmente, o técnico-profissional, estabelecendo um sistema de estímulos e colaboração direta dos estados. O governo toma a iniciativa da construção dos liceus industriais nos Estados,

reforma o ensino comercial e industrial. Quanto ao ensino elementar, o governo agiu no final do Estado Novo.

O Estado Novo é caracterizado pela ausência do debate educacional. O movimento da renovação escolar e o prestígio dos educadores liberais, ligados a Escola Nova, que se recusaram a aceitar a nova forma de governo, entraram em declínio. O governo cria organismos federais para realizar estudos técnicos para a educação. São admitidos profissionais favoráveis ao Estado Novo. A educação, a educação por meio de um conteúdo cívico, será usada para a sedimentação da nova ordem política e, assim passa ser um novo veículo de difusão ideológica (PAIVA, 1972, p.125).

Para Romanelli (1978), a educação de adultos começou a delimitar seu lugar na história da educação brasileira, a partir da década de 1930, quando o sistema público de educação elementar no país iniciou sua consolidação. Nesse período, a sociedade brasileira passava por grandes transformações, associadas ao processo de industrialização e à concentração populacional em centros urbanos. Sobre este aspecto, a autora afirma que a Revolução de 1930 buscava um “reajustamento constante dos setores novos da sociedade com o setor tradicional, do ponto de vista interno, e, destes dois com o setor internacional, do ponto de vista externo” (ROMANELLI, 1978, p.47).

A oferta de ensino básico gratuito estendia-se consideravelmente, acolhendo setores sociais cada vez mais diversos. A ampliação da educação elementar foi impulsionada pelo governo federal, que traçava diretrizes educacionais para todo o país, determinando as responsabilidades dos estados e municípios. Tal movimento incluiu também esforços articulados nacionalmente de extensão do ensino elementar aos adultos, especialmente, nos anos 1940 com as Campanhas de Educação destinadas aos adultos (PAIVA, 1972).

Com o fim da ditadura de Vargas, em 1945, o país vivia a efervescência política da redemocratização. A Segunda Guerra Mundial recém terminara e a ONU - Organização das Nações Unidas – alertava para a urgência de integrar os povos, visando à paz e à democracia. Tudo isso contribuiu para que a educação de adultos ganhasse destaque dentro da preocupação geral com a

educação elementar comum para a sustentação do governo central, integrar as massas populacionais de imigração recente e também incrementar a produção industrial. RIBEIRO (1997, p.58)

Nesse período, a educação de adultos começou a definir sua identidade, tomando a forma de Campanha nacional de massa, como por exemplo, a Campanha de Educação de Adultos, lançada em 1947 em todo território nacional. Pretendia-se, em uma primeira etapa, uma ação extensiva que previa a alfabetização dos adultos em três meses, e mais a condensação do curso primário em dois períodos de sete meses. Depois, seguiria uma etapa de “ação em profundidade dos conhecimentos” voltada à capacitação profissional e ao desenvolvimento comunitário (QUEIROZ, 2003, p.25)

Nos primeiros anos, sob a direção do professor Lourenço Filho, a Campanha Nacional de 1947 conseguiu resultados significativos, articulando e ampliando os serviços já existentes e estendendo-os às diversas regiões do país. Num certo período de tempo, foram criadas várias escolas supletivas, mobilizando esforços das diversas esferas administrativas, de profissionais e voluntários. O clima de entusiasmo começou a diminuir em 1950, iniciativas voltadas à ação comunitária em zonas rurais não tiveram o mesmo sucesso e a campanha se extinguiu antes do final da década. Ainda assim, sobreviveu a rede de ensino supletivo, implantada e assumida por estados e municípios. SOARES (1997, p.10)

No final da década de 1950, as críticas à Campanha de Educação de Adultos dirigiam-se tanto às suas deficiências administrativas e financeiras quanto à sua orientação pedagógica. Denunciava-se o caráter superficial do aprendizado que se efetivava no curto período da alfabetização, a inadequação do método para a população adulta e para as diferentes regiões do país. Um dos representantes mais críticos desse período foi Paulo Freire que denunciava a falta de criticidade dos textos trabalhados em sala de aulas com os adultos (PAIVA, 2003).

Todas essas críticas convergiram para uma visão sobre o problema do analfabetismo e para a consolidação de um novo paradigma pedagógico para a educação de adultos, cuja referência principal foi o educador pernambucano Paulo Freire. O pensamento pedagógico discutido por Freire, assim como sua proposta para a alfabetização de adultos, inspirou os principais programas de

alfabetização e educação popular que se realizaram no país no início dos anos 1960 (QUEIROZ, 2003).

Em janeiro de 1963, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, que previa a disseminação por todo Brasil de Programas de alfabetização orientada por essa proposta freireana. A preparação do plano, com forte engajamento de estudantes, sindicatos profissionais e diversos grupos estimulados pela efervescência política da época, foi interrompida alguns meses depois pelo golpe militar (PAIVA, 2003)

Neste período, houve o aparecimento de diversas experiências de educação de adultos organizadas pela sociedade civil ligadas aos movimentos populares que compreendiam que não bastava apenas alfabetizar o analfabeto era preciso conscientizá-lo politicamente, pois “o adulto deveria ser formado para ter consciência das transformações por que estava passando a sociedade brasileira e, assim, tornar-se sujeito ativo nesses processos históricos” (SOARES, 1997, p. 14).

Assim, a educação de adultos passou a utilizar estratégias diferenciadas em seus programas, e ligadas a diversos movimentos sociais, especialmente, a cultura popular, como o Movimento de Educação de Base (MEB), os Centros Populares de Cultura (CPC), os Movimentos de Cultura Popular (MCP) e a Campanha, chamada “De pé no chão também se aprende a ler” do Rio Grande do Norte. Neste período, a educação de adultos se apoiava em uma concepção crítica de educação, inspirada no pensamento de Freire, os conteúdos educativos eram extraídos da realidade vivida pelos educandos.

1.2 OS PRINCÍPIOS FREIRIANOS

Freire nasceu em Recife. Foi professor de História e Filosofia da educação, ilustre educador brasileiro. Para ele o que mais importava na educação era a visão dialógica da conscientização e não a da violência, da doutrinação, mas de conhecer para transformar. Sua pedagogia fundamenta-se em conhecimentos que eram submetidos a uma postura crítica diante da realidade e dos indivíduos. A noção do diálogo, do aprender com o outro e da interdisciplinaridade são essenciais as práticas libertadoras.

Freire não foi só um criador de ideias educacionais e do “método de alfabetização”, mas um filósofo na área educacional. Suas práticas educativas e suas concepções epistemológicas, filosóficas e educacionais deram início ao desenvolvimento de uma experiência sistematizada de alfabetização. Sua teoria auxiliou na elaboração e implantação de suas políticas educacionais com base no princípio da “autodeterminação”. Para isso, defendia o diálogo como elemento chave em que o professor e aluno sejam sujeitos atuantes. Defendendo que sendo estabelecido o diálogo, se processará a conscientização. Afirma que, não só por suas relações e por suas respostas o homem é criador de cultura, ele é também “fazedor” da história. Na medida em que o ser humano cria e decide, as épocas vão se formando e reformando (FREIRE, 2001).

Para Freire, a conscientização está além do conhecimento da realidade e para as mudanças sociais que eram necessárias, os adultos deveriam interagir com o processo de evolução, conscientizando a todos por meio da análise crítica, fazendo parte do mesmo núcleo gerador dessa transformação.

Seu método revolucionário para ensinar os adultos ler e escrever chamado “Método de Alfabetização Paulo Freire” proporcionava ao alfabetizando, em um curto espaço de tempo, o desenvolvimento de uma visão ampliada sobre os problemas sociais, políticos e econômicos da sociedade em que vivia de uma forma crítica e desalienada.

O “Método de Alfabetização de Paulo Freire” buscava tornar os alfabetizandos, sujeitos “ativos, críticos e criticizadores” (FREIRE, 2005, p. 115), cujo diálogo partia de palavras significativas para eles, tais como: casa, pobreza e trabalho. Para Freire (2005) essas palavras poderiam ter mais significância na vida daqueles alfabetizandos-trabalhadores do que “Eva viu a uva”, frases utilizadas nas cartilhas empregadas nas salas de aulas com jovens e adultos. As críticas de Freire tinham como objetivo principal re-significar a alfabetização de jovens e adultos, respeitando a sua cultura e história, trazendo para os “Círculos de Cultura” todo o universo social de “leitura de mundo” desses alfabetizandos. Um método de alfabetização sem leituras “infantilizadas” e/ou alienadas, mas construído pelas experiências vividas por todos do círculo de cultura.

A filosofia educacional de Freire (2005) foi alicerçada em dois aspectos fundamentais: o diálogo e a conscientização. Se pensarmos em uma proposta educativa que tem por base o diálogo em uma sociedade historicamente marcada pelo autoritarismo, significa uma ameaça aos grupos que ainda se mantinham no poder no período.

Com o golpe militar de 1964, os Programas de alfabetização e a educação popular que se haviam multiplicado entre 1961 e 1964 foram vistos como uma grave ameaça à ordem e seus promotores violentamente reprimidos. O governo só permitiu a realização de programas de alfabetização de adultos assistencialistas e conservadores, até, que, em 1967 esse governo instituiu o controle dessa atividade, lançando o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) em todo o país. (HADDAD, 1991).

Era a resposta do regime militar à grave situação do analfabetismo no país. O Mobral constituiu-se como organização autônoma em relação ao Ministério da Educação, contando com um volume significativo de recursos, mas um processo de ensino, alienante.

Durante a década de 1970, o Mobral expandiu-se por todo o território nacional, diversificando sua atuação. Das iniciativas que derivaram do Programa de alfabetizando, a mais importante foi o PEI – Programa de Educação Integrada, que correspondia a uma condensação do antigo curso primário.

Este programa abria a possibilidade de continuidade de estudos para os recém-alfabetizados, assim como para os chamados analfabetos funcionais, pessoas que dominavam precariamente a leitura e a escrita.

A educação de adultos foi um instrumento ideológico da ditadura e visava legitimar o regime. Foi criado para atender aos princípios da racionalidade tecnocrática. Objetivava erradicar o analfabetismo do país em apenas dez anos, ensinando a ler e escrever a todos os 18,2 milhões de brasileiros com mais de 15 anos que não estudaram na idade apropriada. Além de oferecer uma qualificação funcional dos indivíduos para o mercado de trabalho.

O MOBRAL apresentava um corpo docente desqualificado, em virtude de contratar monitores leigos, ou seja, sem a formação específica na área.

Além do mais, a rapidez dos cursos oferecidos prejudicava a própria alfabetização. Sobre este aspecto Haddad (1991) adverte,

O curso era aligeirado, sem fundamentação pedagógica, revestido de discurso preconceituoso em relação ao aluno alfabetizando. Os recursos eram aplicados em materiais que se legitimavam mais por sua qualidade gráfica do que por seu conteúdo. O planejamento era muito mais de caráter estratégico-político do que educacional (p. 88).

No entanto, os dados apresentados pelo governo afirmavam que ocorreu uma queda nas taxas de analfabetismo no país a partir da implantação do MOBRAL. Segundo Haddad (1991), o IBGE em 1980 demonstrava que o analfabetismo no país atingia 25,5% da população com 15 anos ou mais. O que demonstrava que há uma forte contradição entre os dados do governo e o censo realizado pelo órgão. O MOBRAL “acabou por se constituir em uma sequência de desacertos, ganhando relevância mais pelo seu papel político de legitimador do regime autoritário do que pelo seu papel como órgão educacional” (HADDAD, 1991, p. 345).

Diante deste contexto, da emergência dos movimentos sociais e do início da abertura política na década de 80, as pequenas experiências realizadas por grupos dedicados à educação popular, desenvolvendo os postulados de Freire, foram se ampliando e ganhando autonomia em alguns estados em relação ao MOBRAL.

Desacreditado nos meios políticos e educacionais, o MOBRAL foi extinto em 1985. Seu lugar foi ocupado pela Fundação Educar, que abriu mão de executar diretamente os programas, passando a apoiar financeira e tecnicamente as iniciativas de governos, entidades civis e empresas a elas conveniadas. (HADDAD, 1991)

1.3 A IMPLANTAÇÃO DA DEMOCRACIA E A EJA

Entre os anos de 1986 a 1988, houve uma grande mobilização nacional em torno da Assembleia Constituinte que lutavam a favor da educação pública para todos, incluindo a defesa ao direito à educação aos jovens e adultos no

sistema público de ensino. Desta forma, a Constituição de 1988 trouxe importantes avanços no campo educacional e, principalmente, à educação de jovens e adultos. Podemos destacar a elevação do percentual de verbas destinadas à educação.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, estendeu a garantia do ensino fundamental, obrigatório e gratuito aos que a ela não tiveram acesso na idade apropriada e estipulou o prazo de dez anos para que se concentrassem esforços na eliminação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental.

No entanto, a lei não garantiu as condições suficientes para assegurar o direito conquistado. Para Beisiegel (1974)

A legislação define claramente as obrigações educacionais dos poderes públicos e, por isso mesmo, legitima e reforça a luta pela efetivação dos direitos. É importante insistir neste ponto: a incorporação dos direitos à Constituição é apenas um momento inicial na luta pela efetivação dos direitos educacionais. A efetivação destes direitos continua sendo uma questão eminentemente política ou, em outras palavras, um dos desdobramentos da luta mais ampla pela expansão e consolidação dos direitos da cidadania (p. 15).

Podemos perceber, assim, que a conquista legal não garantiu o direito no plano real e que nas mobilizações sobre a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o debate sobre a defesa da educação pública e da inserção dos jovens e adultos analfabetos ainda estiveram fortemente presentes. Entretanto, nos anos 1990, foi muito presente a proposta de desmonte do Estado, propondo a redução das políticas públicas e abertura de mercado e que alguns teóricos classificaram como medidas neoliberais.

Dentro deste contexto, a EJA nos anos de 1990 sofreu um retrocesso, pois, mesmo a Constituição Federal, garantindo o direito à educação daqueles que não tinham tido acesso na idade apropriada, o Estado brasileiro diminuiu a presença da educação de jovens e adultos nos Programas governamentais e Secretaria de Educação estadual e municipal.

Na década de 90, as preocupações com a relação ao custo-benefício privilegiaram a educação das crianças em detrimento da de jovens e adultos. No âmbito das políticas educacionais. Historicamente, o governo federal foi a principal instância de redução do apoio e da articulação das iniciativas de educação de jovens e adultos, pois autorizou a extinção da Fundação Educar. Essa ação criou um enorme vazio em termos de políticas para o setor. Alguns estados e municípios tinham assumido a responsabilidade de oferecer programas na área de EJA assim como algumas organizações da sociedade civil, mas a oferta ainda estava longe de satisfazer a demanda, essas iniciativas foram impedidas de ser realizadas sem apoio financeiro (BEISIEGEL, 1974)

A história da educação de jovens e adultos no Brasil chegou à década de 90, portanto, reclamando a consolidação de reformulações pedagógicas que, aliás, vinham se mostrando necessárias em todo o ensino fundamental. Do público que tinha acorrido aos programas para jovens e adultos, uma ampla maioria era constituída de pessoas que já tiveram passagens fracassadas pela escola, entre elas, muitos adolescentes e jovens recém excluídos do sistema regular. Esta situação ressaltava o grande desafio pedagógico, em termos de seriedade e criatividade, que a educação de jovens e adultos impunha (PAIVA, 2003).

Com uma tentativa de reverter os prejuízos dos anos 1990, foi instituído no final da década, o Programa Alfabetização Solidária (PAS). Foi instituído esse programa, em janeiro de 1997, como uma meta de governo de Fernando Henrique Cardoso. A inserção das pessoas não alfabetizadas na educação de jovens e adultos e a continuidade dos estudos foram alguns dos principais objetivos do PAS. Sendo as atividades desenvolvidas por meio da ação dos municípios, igrejas, empresas, associações entre outros cediam às salas para a alfabetização e universidades públicas e privadas. As empresas parceiras eram responsáveis pelo apoio financeiro necessário. Os livros utilizados no PAS eram fornecidos pelo MEC.

Vieira (2001) afirma que as ações desenvolvidas pelas parcerias realizadas pelo PAS ainda apresentavam um caráter compensatório e resgatavam práticas que a história já tinha comprovado serem ineficientes,

como por exemplo, a atuação de professores leigos que comprometiam a qualidade do ensino oferecido.

Em 2003, foi criado o Programa Brasil Alfabetizado, pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O Programa contava com a participação do governo, empresas, IES, ONGS, associações, universidades públicas e privadas e outras organizações de sociedade civil e que ainda hoje atuam no combate ao analfabetismo no país.

Na última década, o Brasil vem reconstruindo as instituições democráticas e nesse processo a educação tem um papel a cumprir com relação à consolidação da democracia em nosso país.

1.4 A globalização e as novas exigências educativas

Vivemos um período de intensa transformação econômica juntamente com a exclusão social de milhares de pessoas. O cenário econômico é marcado pela globalização que gera novas formas de trabalho.

A globalização também altera a cultura e é facilitada pelas tecnologias de base microeletrônica que possibilitam, em tempo real, o acesso de informações e conhecimentos localizados nos locais mais distantes do mundo.

Os impactos da globalização geraram mudanças sérias na sociedade, principalmente o aumento do desemprego estrutural e as desigualdades sociais. Alterando até mesmo a estrutura do desemprego, que segundo Pochmann (1996) é representado agora em diversos tipos: o desemprego estrutural; o conjuntural; o disfarçado. O desemprego estrutural está relacionado a estrutura econômica – avanço da tecnologia, a baixa escolaridade. O desemprego conjuntural está relacionado ao aquecimento econômico – período natalino, páscoa – em que as pessoas são contratadas por um período determinado. O disfarçado é típico dos trabalhadores autônomos, das relações e condições precárias de trabalho.

Com a redução da oferta de trabalho é maior a cada dia o crescimento de pessoas que procuram por emprego sem conseguir uma possibilidade de encontrar um trabalho remunerado que lhe possibilite uma vida digna. Sobre este aspecto Forrester (1997) afirma,

Não se sabe se é cômico ou sinistro, por ocasião de uma perpétua, irremovível e crescente penúria de empregos, impor a cada um dos milhões de desempregados – e isso a cada dia útil de cada semana, de cada mês, de cada ano – a procura “efetiva e permanente” deste trabalho que não existe. obrigá-lo a passar horas, durante dias, semanas, meses e às vezes, anos se oferecendo todo dia, toda semana, todo mês, todo ano, em vão, barrado previamente pelas estatísticas. Pois, afinal, ser recusado cada dia útil, de cada semana, de cada mês, de cada ano, será que isso constituiria um emprego, um ofício, uma profissão? Seria isso uma colocação, um trabalho, ou mesmo uma aprendizagem? Seria um destino plausível? Uma ocupação razoável? Uma foi realmente recomendável de emprego do tempo? (p.14)

O processo de globalização vem acompanhado do discurso neoliberal que tem como consequência o crescimento da exclusão social. O trabalho hoje convive com novas definições de qualificação, onde tornar-se empregável significa lutar diariamente pela sobrevivência e submeter-se muitas vezes a sobrecargas de trabalho, em um mundo cada vez mais desigual.

Para Forrester (1997), grande parte da humanidade tornou-se dispensável para o trabalho, é como se a economia não necessitasse dessas pessoas. O que faz aumentar a exclusão e a pobreza. Afirma que enquanto uma minoria tem privilégios, o “resto da humanidade para merecer viver, deve mostrar-se útil à sociedade” (p.13), ou seja, empregável.

Como o trabalho é o que insere o homem na sociedade, está cada vez mais difícil a inclusão dos não alfabetizados devido à escassez do trabalho. Nos países mais pobres ocorrem verdadeiras penúrias, com significativas parcelas da população passando fome, desempregadas e não alfabetizadas. Porém, este fenômeno está presente também nos países ricos que sofrem com o problema do desemprego.

Martins (1997) afirma que esse processo, no entanto, é útil ao capitalismo e discorda que exista uma exclusão social; ao contrário afirma que há um processo de “inclusão precária”. Pois, as pessoas de uma forma ou de outra sobrevivem. O que pode ocorrer é que não apresentem o mesmo grau de consumo. Ele afirma que é próprio do capitalismo a exclusão, mas para o sistema sobreviver, ele precisa da inclusão.

O capitalismo na verdade desenraiza e brutaliza a todos, exclui a todos. Na sociedade capitalista essa é uma regra

estruturante: todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos. É próprio dessa lógica de exclusão e inclusão. A sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica (MARTINS, 1997, p. 32).

O problema da exclusão só começa quando as pessoas levam muito tempo para serem incluídas e, então, é preciso justificar o porquê da demora e até mesmo encontrar estratégias para inclusão e a educação é sempre apontada como uma delas.

1.5 Método de Alfabetização de Paulo Freire

Na proposta criada por Paulo freire que irmos relatar, vamos ver que o processo educativo dele está centrado na mediação entre alfabetizando e alfabetizador e esse entrosamento se dá por meio do diálogo que ajuda a aumentar a autoestima dos alfabetizando, com bem explica FREIRE (1987.p.81) “a atitude dialógica é, antes de tudo, uma atitude de amor, humildade e fé nos homens, no seu poder de criar e recriar”.

Quando falamos de Paulo freire, falamos de libertação, de conscientização e transformação de mundo, principalmente em defesa dos direitos do povo, daqueles que não tiveram à oportunidade de fazer valer seus direitos, suas ideias. Como explica o próprio:

“Uma das minhas tarefas centrais como educador progressista é apoiar o educando para que ele mesmo vença suas dificuldades na compreensão ou na inteligência do objeto e para que sua curiosidade, compensada e gratificada pelo êxito da compreensão alcançada seja mantida e, assim, estimulada a continuar a busca permanente que o processo de conhecer implica. “Que me seja perdoada a reiteração, mas é preciso enfatizar, mais uma vez: ensinar não é transferir a inteligência do objeto ao educando, mas instigá-lo no sentido de que, como sujeito cognoscente, se torne capaz de interligar e comunicar o interligado” (FREIRE, 1997, p.134-135).

O Método de Alfabetização de Paulo Freire está voltado para a realidade do indivíduo onde o aluno se identifica com o que está sendo ensinado, pois as palavras geradoras tratam do seu cotidiano. Segundo Freire (2006) “as palavras devem nascer desta procura e não de uma seleção que efetuamos no

nosso gabinete de trabalho, por mais perfeita que ela seja do ponto de vista técnico” (p. 49). Por meio da metodologia de Freire, é possível perceber as dificuldades fonéticas das palavras estudadas, ou seja, as palavras geradoras.

(...) o educador propõe a visualização da palavra geradora, e não a memorização, quando se visualiza a palavra e se estabelece o laço semântico entre ela e objeto a que se refere representado na situação, mostra-se ao aluno por meio de outro diapositivo, a palavra sozinha sem o objeto correspondente. Imediatamente depois se apresenta a mesma palavra separada em sílabas, que o analfabeto geralmente identifica como partes. Reconhecidas as partes, na etapa da análise, passa-se a visualização das famílias silábicas que compõe as palavras em estudo (FREIRE, 2006, p.51).

Reforçando a metodologia que nos deparamos na Casa de Paulo Freire que é o mesmo que Freire diz que ensinar vai mais além de ler e escrever, a aprendizagem deve está centrada no processo da criação e inovação e prevalecendo as trocas de experiências uns com os outros, como explica Brandão:

Falo aqui sobre como o método educa enquanto se constrói e, portanto, falo de método como um processo, com as sequências e etapas que ele repete a cada vez; como uma história de criar e fazer, que é a sua melhor ideia (BRANDÃO, 2006):

O educador tem como trabalho “reinventar” a educação. Há uma proposta politicamente humana: a de criar com o poder do saber do homem libertado, um homem novo, livre também de dentro para fora. Trabalhando e alfabetizando com amor, diálogo e compreensão, Paulo Freire fez história, e atualmente, seus métodos são utilizados no processo de ensino e aprendizagem na educação de jovem e adulto (p.85).

Para GOUVÊA (1996) todo tema gerador é um problema vivido pela comunidade, cuja superação não é por ela percebida. Ele envolve: apreensão da realidade, análise, organização, e sistematização, originando programas de ensino a partir do diálogo. Portanto, é fundamental dialogar com os educandos para conhecer, objetivamente qual nível de percepção da realidade, bem como a consciência de sua condição e visão de mundo, suas necessidades, desejos e aspirações.

De acordo com FREIRE (1987), os temas geradores não são os mesmos para todos os grupos:

É importante reenfatar que o “tema gerador” não se encontra nos homens isolados da realidade, nem tampouco na realidade separada dos homens. Só pode ser compreendido nas relações homem- mundo. Investigar o “tema gerador” é investigar,

repetamos o pensar dos homens referidos á realidade, é investigar o seu atuar sobre a realidade, que é sua práxis. (FREIRE, 1987, p. 115).

1.6 O PAPEL DA EDUCAÇÃO

Segundo DeAquino (2011, p. 03), “o mundo moderno, de modo geral, e o mundo dos negócios, de modo particular, exigem das pessoas um constante aprendizado, para que elas obtenham cada vez mais sucesso ou, no mínimo, não se sintam marginalizadas e sem oportunidades”. Esse constante aprendizado engloba tudo o que é possível assimilar durante a nossa vida. E o mercado profissional não foge a essa regra. É cada vez mais necessária uma constante atualização, é preciso desenvolver competências pertinentes a cada área de atuação. Os que seguem essas regras são classificados como bons profissionais.

O jovem e o adulto, ou seja, o educando da EJA, já concentra em si um contexto histórico, uma realidade social. São os que voltam as escolas porque procuram melhorar suas vidas, através do processo aprendizagem. Na visão de Gadotti (2008, p.31):

Os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. Para definir a especializações de EJA, a escola não pode esquecer que o jovem e adulto analfabeto fundamentalmente um trabalhador – às vezes em condição de subemprego ou mesmo desemprego (...)

De acordo com BARCELOS (2014, p.40) “Educação de Jovens e Adultos pode constituir em uma das portas que possibilitarão a uma significativa parcela de brasileiros e brasileiras, que não puderam freqüentar a escola na idade adequada.” o acesso aos diferentes bens e serviços produzidos em sociedade. Nunca é demais lembrar que mesmo não tendo a escolarização necessária e aconselhada para a vida no mundo contemporâneo, esses homens e mulheres participam, ativamente, com seu trabalho, da produção da riqueza deste país e deste mundo.

Freire (1986) afirma que muitos analfabetos (a) buscam aprender a ler e escrever para deixar de ter a sensação de viver a sombra dos outros. A volta dos jovens e adultos para escola tem um lado bastante marcante, o faz lembrar quando freqüentou a escola no passado, então ele se lembra da precariedade do modelo tradicional, da recitação do alfabeto, da decoração da tabuada e outros que tinha sua escola do passado.

Cabe ao educador (a) mostrar que a verdadeira aprendizagem não depende somente de memorizações e exposições do professor (a). Já o trabalho com adolescentes é mais complexo, eles estão retornando de um período recente de vários fracassos na escola regular, com uma baixa auto-estima referente à sua vida escolar e a educadora deverá fazer seu planejamento, incluindo o seu modo de ser, valores e conhecimentos que jovens e adultos precisam aprender para usar na vida fora da sala de aula.

Segundo Freire (2005, p 81) “nos orienta que como educador preciso de ir lendo” cada vez melhor a leitura do mundo que os grupos populares fazem para que o trabalho pedagógico ajude os educandos significarem a aprendizagem como significativa em seu contexto imediato e da cultura que estão inseridos”.

Sabe-se que escola também trabalhará aspectos da integração sociais e da cidadania, como por exemplo, direitos e deveres que todas as pessoas têm no contexto social, como por exemplo, cuidar dos bens coletivos, participarem de forma democrática e assumir a responsabilidade social, principalmente, ter consciência de sua existência como gente.

Segundo Freire (1989, p 39),”a consciência é temporalizada. O homem é consciente e, na medida em que conhece, tende a se comprometer com a própria realidade.”

Para Freire (2005, p. 98), “devemos revelar aos educandos a capacidade de analisar, de comparar, de avaliar, de decidir, de optar e de romper com a capacidade de fazer justiça e de não falhar com a verdade. Finalmente, os (as) educadores devem estar atentos (as) para ter consciência de que o processo educativo não se encerra no período de aula. O convívio numa escola, a assistência as aulas é uma excelente fonte para o desenvolvimento social e cultural.

Capítulo II

Metodologia de Pesquisa

2.1 Procedimentos metodológicos

Este capítulo busca apresentar os procedimentos metodológicos trabalhados nesta investigação. Os procedimentos de pesquisa têm como finalidade:

Descrever a experiência de Alfabetização de Jovens e Adultos na “Casa Paulo Freire”, entidade não-governamental da cidade de São Sebastião – DF e investigar como a prática pedagógica realizada em uma organização não governamental tem contemplado a alfabetização e o letramento na educação de Jovens. Em princípio, escolhemos fazer a nossa observação no CAJE- (Unidade de internação para menores infratores) mas devido à falta de segurança por falta de agentes, não poderíamos desenvolver nosso trabalho, diante disso para não atrasar o nosso trabalho, partimos para a segunda opção, A Casa de Paulo Freire em São Sebastião, DF.

Optou-se neste trabalho pela abordagem de pesquisa qualitativa e os instrumentos de recolha dos dados foram: observações participantes em sala de aula, entrevista semiestruturada com o professor alfabetizador e alfabetizados, visando analisar os resultados que foram confirmados positivamente, possibilitando uma sugestão de trabalho que é válida e que produz bons resultados.

A Casa de Paulo Freire fundada em 1999, muito mudou, como relata o professor Elias Silva que deu permissão para que usássemos o seu próprio nome, por ser um educador engajado politicamente e o intuito é divulgar o seu trabalho e da própria ONG. Aos poucos vai construindo a sua história. Segundo dados e relatos do professor, mais de duas mil pessoas foram alfabetizados, muitos deram sequência aos estudos, muitos almejam fazer um curso superior e outros conseguiram entrar no mercado de trabalho ou voltar para a cidade.

Nas observações e nas entrevistas feitas com os alunos e alunas da EJA, percebe-se que os jovens e adultos trazem com eles uma grande bagagem em

qualquer área do conhecimento e traçam planos para a melhoria de suas vidas, o que acontece é que esses (as) educandos chegam com uma auto-estima baixa devido tanto ouvir que são analfabetos e não nada. Outra dificuldade é decodificar as letras, ler e interpretar o que está a sua volta.

Na Casa de Paulo Freire pode-se constatar que os alfabetizandos são pessoas que mesmo não sabendo ler ou escrever, trabalham, interagem com a comunidade e pagam impostos e sonham com dias melhores

A pesquisa foi desenvolvida com a metodologia qualitativa e pesquisa de campo, por meio de entrevistas e estudo de caso. A pesquisa tem por finalidade conhecer e como funciona a Casa de Paulo Freire e a sua abordagem será um estudo de caso. Adotamos a técnica de entrevista semi-estruturada com a “finalidade de aprofundar as questões e esclarecer os problemas observados” (LUDKE & ANDRÉ, 1995, p.28).

A opção por entrevistas semi-estruturadas foi pelo fato de elas facilitarem o diálogo com o entrevistado, pois “ele discorre sobre o tema com base nas informações de ele detém.” (LUDKE & ANDRÉ, 1986.p.33).

Optamos pela técnica de observação estruturada pela praticidade na aplicação e que “revela-se certamente nosso privilegiado modo de contato com o real: é observando que nos situamos, orientamos nossos deslocamentos, reconhecemos as pessoas, emitimos juízos sobre elas”. (LA VILLE, 1999, p. 176).

O autor afirma ainda que ao final de um estudo caso o pesquisador queira conhecer melhor seu objeto de estudo, o meio mais eficaz para conhecer é a observação direta. Afirma ainda que o pesquisador deva conhecer o contexto em que vai atuar e também os aspectos que deverão ser observados. Orienta que seja preparado “um plano bem determinado de observação: adaptado às circunstâncias e ao objeto de estudo” (LA VILLE, 1999, p. 177).

As observações não tiveram o objetivo de intervenção nas atividades, objetivávamos apenas registrar, da melhor maneira possível todos os detalhes e falas dos sujeitos da pesquisa durante a entrevista e a aula observada.

Adotamos o diário de campo e o protocolo de registro de observações como instrumento de registro formal de observações.

Neste estudo, utilizamos a abordagem de pesquisa qualitativa, reconhecendo o pesquisador, como o sujeito observador e interpretador do fenômeno e parte integrante do processo de conhecimento (ANDRÉ, 1995).

Esta pesquisa é de caráter qualitativo, pois trata de analisar e interpretar práticas sociais, envolvendo os letramentos, da Casa de Paulo Freire.

O estudo de caso na pesquisa qualitativa, segundo Ludke e André (1986, p. 17) vai ser estudado como um único fenômeno. Este estudo deve ser aplicado quando o (a) pesquisador (a) tiver interesse de pesquisar uma situação singular, ou seja, particular. As autoras afirmam ainda que “o caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenvolver do estudo”. Para elas, o estudo de caso apresenta características fundamentais tais como:

- 1 – Os estudos de caso visam à descoberta.
- 2 – Os estudos de caso enfatizam a ‘interpretação em contexto’.
- 3 – Os estudos de caso buscam retratar a realidade de forma completa e profunda.
- 4 – Os estudos de caso usam uma variedade de fontes de informação.
- 5 – Os estudos de caso revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas.
- 6 – Estudos de caso procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social.
- 7 – Os relatos de estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa (LÜDKE E ANDRÉ, 1986, p. 18).

As autoras afirmam que ao final de um estudo de caso os pesquisadores queiram conhecer melhor seu objeto de estudo, o meio mais eficaz para conhecer é a observação direta.

Com a abordagem de pesquisa qualitativa, é necessário escolher os instrumentos para recolher os dados. Neste estudo, optou-se pela entrevista semiestruturada. Esse tipo de entrevista pode ser entendido com a “finalidade

de aprofundar as questões e esclarecer os problemas observados” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 28). A opção pela entrevista semiestruturada foi pelo fato desse instrumento possibilitar um diálogo entrevistando e entrevistador, pois “ele discorre sobre o tema com base nas informações que conhece de sua realidade (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 33)

Durante a entrevista semiestruturada, além de ouvir, o (a) pesquisador (a), precisa ficar atento às expressões utilizadas pelo (a) entrevistado (a), pois ele pode simular palavras e conceitos que não são utilizados no seu dia a dia, tentando mostrar aquilo que ele acha que o entrevistador quer ouvir. É por isso que nem tudo deve ser entendido como verdade, mas pode e devem ser analisados frente aos demais discursos e conceitos que embasam o trabalho (MAGNANI, 1986, p.127-128).

La Ville (1999) afirma que o (a) pesquisador (a) deve conhecer o contexto em que vai atuar e também os aspectos que deverão ser observados. Orienta, ainda, que o pesquisador tenha preparado “um plano bem determinado de observação adaptado às circunstâncias e ao objeto de estudo” (p.177).

As observações da pesquisadora em sala de aula se deram com o objetivo de criar um vínculo com os alfabetizandos e o professor-alfabetizador. Nas entrevistas, ficou muito nítido que os três alfabetizandos tiveram praticamente os mesmos problemas que os impediram de estudar na época certa, como: trabalhar para ajudar os pais desde cedo, casar muito cedo ou ter a mesma sorte da personagem do vídeo “Vida Maria”, um curta-metragem em 3D, lançado no ano de 2006, produzido pelo animador gráfico Márcio Ramos que os pais por não terem estudado, queriam que sua filha também não estudasse e seguisse a mesma história de vida deles, com isso as gerações futuras seguiriam também o mesmo destino.

Dando continuidade aos resultados da entrevista dos alfabetizandos da “Casa de Paulo Freire”, é possível notar que eles se agarraram a essa oportunidade de alfabetização com muito afinco. Desde o início da sala de aula, começam a interagir uns com os outros e utilizam para aprender a bagagem que trouxeram em suas experiências de vida e de momentos de escolas anteriores, pois eles não são tábulas rasa como destaca Souza (2004), os alfabetizandos “... inclusos, inacabados, ilimitados, infinitos vão se

constituindo e fazendo-nos seres humanos, por meio do espaço e do tempo, na relação com os outros seres humanos e com os seres da natureza e da cultura, bem como a do criador. Nesse processo, descobrimo-nos inacabados e buscamos o aperfeiçoamento, queremos SER MAIS HUMANOS. Adquirimos CONSCIÊNCIA. Isso quer dizer que somos seres HISTÓRICO-SOCIAIS (SOUZA, 2000, p.55, grifos do autor).

Contexto de Pesquisa

O estudo foi realizado em uma classe de alfabetização de jovens e adultos de uma instituição não governamental (Associação civil) sem fins lucrativos, fundada em 1999, que se organizou visando à filantropia, com a missão de inclusão de pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar na idade certa.

2. 2. Participantes

- **Alfabetizandos**

Os participantes deste estudo foram 16alfabetizandos adultos, sendo seis mulheres e dez homens, na faixa etária entre 35 e 65 anos de idade. Eles compõem uma turma de alfabetização que busca aprender ler e escrever na “Casa de Paulo Freire” em São Sebastião no Distrito Federal.

São adultos, com uma grande experiência de vida, ou seja, possuem um vasto conhecimento de mundo que pode estar contribuindo de forma significativa para a aprendizagem da leitura, escrita e dos cálculos matemáticos, juntos com o professor alfabetizador que de forma voluntária resolveu contribuir com esses adultos de sua comunidade

- **O Professor - alfabetizador**

O professor-alfabetizador é um mineiro da cidade de Januária, de 49 anos de idade, filho de um marceneiro e uma lavradora, sendo o sexto filho de oito irmãos. Devido às grandes dificuldades que passou para sobreviver e estudar em sua terra natal, sua família resolveu vir para Brasília. Em setembro de 1971, ele chegou à capital Federal. Cheios de sonhos e vontade de vencer, começou a trabalhar em tudo que aparecia para ajudar a família. E por ter tido

uma vida sofrida e de muita luta e dificuldades, começou a estudar já bem crescido e por ter passado por tantas dificuldades e preconceitos, sempre cultivou o pensamento de que assim que pudesse ajudaria os menos favorecidos e excluídos a buscar os elementos que as motivassem o desenvolvimento da aprendizagem e que as deixassem de ser dependentes dos outros como foi por longos anos. Hoje, ele está complementando sua formação com a pós-graduação em História para melhorar sua prática pedagógica, conhece melhor a História de seu país, a História do mundo e tem bagagem suficiente para socializar com os seus alfabetizando, segundo sua entrevista realizada no mês de agosto/2015.

O professor Elias e alguns voluntários, movidos pelo trabalho de seu grande mestre, Paulo Freire, fizeram uma pesquisa em sua comunidade e descobririam que 50% dos moradores da comunidade não tinham concluído o ensino fundamental e ainda se encontravam alguns sujeitos não alfabetizados. Outras pessoas estavam alfabetizadas funcionalmente e outros ainda analfabetos, os que resistiam à possibilidade de voltar a estudar. Freire (1978) ressalta que todos os sujeitos têm o direito de saber que tem a oportunidade de reescrever suas vidas e mudar seu destino e seguir adiante, exercitando a educação como prática para liberdade e autonomia.

O alfabetizador e fundador da Casa de Paulo Freire começou esta experiência de alfabetização com apenas alguns livros de Freire que é seu pilar teórico. Como ele mesmo escreve em seu histórico de fundação “*O que nós tínhamos a oferecer aos jovens e adultos era muito pouco, mas tínhamos o principal, a vontade de ensinar.*” Mais tarde com muita dificuldade, ele e sua esposa que é também educadora fizeram o curso de Pedagogia e buscaram por meios de cursos, seminários e palestras obter a formação continuada e melhorara prática pedagógica de acordo com os princípios freirianos.

O professor-alfabetizador Elias acreditava que além de cidadania, os alfabetizando têm de sentir a alegria, a segurança e sentirem-se cidadãos e saírem da “escuridão”, ser verdadeiros amigos e não precisam ter medo ou ficar constrangidos uns com os outros. Para Freire (1997)

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica era propiciar as condições em que os educandos em suas

relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar (FREIRE, 1997, p.46).

2.4 Instrumentos para coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com três alfabetizando o professor-alfabetizador, da turma de alfabetização da “Casa de Paulo Freire” em São Sebastião DF. As entrevistas com alfabetizando foram duas mulheres e um homem no período entre 7 e 9 de julho de 2015. E participaram desse momento espontaneamente. Já a entrevista com o professor-alfabetizador ocorreu no dia 13 de julho, na qual foi dada ênfase a sua prática pedagógica.

A geração de dados foi iniciada com a observação em sala de aula para conhecer a prática pedagógica e a interação entre o professor-alfabetizador e os alfabetizando, bem como conhecer a prática pedagógica. A observação também foi uma das estratégias que a pesquisadora encontrou para se aproximar dos alfabetizando e do professor-alfabetizador.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresentamos a análise dos dados coletados por meio das observações em sala de aula e as entrevistas semiestruturadas realizadas com alfabetizando e o professor-alfabetizador da “Casa de Paulo Freire”, experiência comunitária de educação em São Sebastião no Distrito Federal.

3.1 A prática pedagógica de alfabetização e letramento

Durante as aulas, os alfabetizando eram estimulados a manifestarem suas dúvidas sobre os conteúdos estudados. E o professor-alfabetizador logo

no início da aula valorizava as conquistas de cada um dos alfabetizandos. Essa prática era reforçada pela fala dos alfabetizandos, quando afirmava que *“aprender ali é diferente, aqui não tenho vergonha quando erro. Sei que não sei tudo, mas que sei muitas coisas na vida”* De acordo com Moysés (2001), *“estudos apontam que pessoas com percepções positivas de suas capacidades aproximam-se de tarefas que geralmente só pessoa com confiança e alta expectativa de sucesso e conseqüentemente acabam se saindo bem”* (p.38)

Foi possível constatar que o professor-alfabetizador trabalha sozinho no desenvolvimento das atividades pedagógicas de forma que são concentradas nele. Acredita-se que essas atividades pedagógicas poderiam ser mais bem distribuídas para que ele pudesse atender os alfabetizandos com mais calma especialmente, nos casos individuais.

Apesar de reconhecerem ser um trabalho árduo e desvalorizado socialmente, analisavam a docência a partir da possibilidade de mudança e de transformação social, como espaço de formação das novas gerações, e viam nessa possibilidade de contribuir para a construção de instrumentos para a cidadania ativa o fator determinante de sua identificação com o magistério e de sua permanência nele [...]. (FONTANA, 2005, p. 133)

No entanto, com as observações feitas em sala de aula foi possível observar que há um compromisso do professor-alfabetizador com o desenvolvimento dos alfabetizandos e que eles são tratados como adultos e não como crianças. O próprio espaço alfabetizador já é um convite adequado para atividades com adultos. As atividades realizadas pelos alfabetizandos são fixadas nas paredes e possibilitam que eles verifiquem como estão evoluindo ou não no processo de leitura e escrita. Eles até afirmam que já apresentam uma letra melhor desde o início do trabalho pedagógico.

Pensar sobre a forma como jovens e adultos pensam e aprendem, no nosso entender, envolve considerar: que essas pessoas não são mais crianças, que são seres que, de alguma forma, foram excluídos da instituição escolar, ou então, que não puderam estar em uma escola, e, ainda, que a cultura trazida por cada um é parte de seus mundos e vivências (DANYLUK, 2001, p.41).

Em uma das observações realizadas na classe pesquisada o professor-alfabetizador iniciou a aula com uma dinâmica. Em seguida, ele iniciou o trabalho com a palavra “chuva”, mostrando uma representação (gravura) juntamente com a palavra. O professor-alfabetizador pediu que todos pronunciassem a palavra, trabalhando assim a oralidade, em seguida a leitura e depois a escrita.

Soares (2004) considera o adulto como um sujeito de muitos saberes e cultura, mesmo não sabendo ler e escrever, pois está inserido nos núcleos urbanos com práticas efetivas de letramento (...). O adulto não é mero portador de conhecimentos prévios que precisam ser resgatados pelo professor-alfabetizador para ensinar aquilo que quer, mas um sujeito que já construiu uma história de vida, uma identidade e cotidianamente produz cultura (p. 34)

Em seguida, o professor-alfabetizador questionou: se alguém sabia como acontecia a chuva? Em seguida, ele foi aprofundando a conversa com explicações científicas e retirando dos alfabetizandos as ricas experiências que cada um traz para a sala de aula. Puderam falar sobre problemas de jogar lixo nas ruas, reciclagem de materiais, falta de água em muitos lugares do Brasil e nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, camadas de ozônio, oxigênio, reflorestamento, animais em extinção entre outros. O professor-alfabetizador interagia com os alfabetizandos, utilizando suas experiências. Na “Casa de Paulo Freire” não existiam cópias xerocadas de palavras soltas e vazias de significados com repetições para treiná-las. Essas palavras eram trabalhadas no contexto das aulas e com os sentidos discutidos por todos.

E isso explica “o Método de Alfabetização de FREIRE (1989),” o comando da leitura e da escrita se dá a partir de palavras e de temas significativos ao grupo de alfabetizandos e não de palavras e temas apenas ligado à experiência do professor-alfabetizador como na maioria das salas de aula com jovens, adultos e até as crianças”. Logo após, ele apresentou a palavra separada em sílabas de acordo com a pronúncia da palavra Chu-va, mostrando aos alunos.

Foram apresentadas as famílias das sílabas: cha, che, chi, cho, chu, vave, vi, vo, vu. E em seguida, professor-alfabetizador propôs que todos formassem novas palavras com as sílabas correspondentes a palavra chuva.

Ele deu um tempo para que todos concluíssem a atividade e acompanhando individual coletivamente toda a turma.

Depois de lerem juntos e dar oportunidade para quem quisesse ler sozinho, ele registrou no quadro. Para Soares (2001), todo trabalho que envolve o ensino da leitura e escrita deve ser calcado na proposta de letramento, proporcionando um ensino de língua que tem o objetivo de levar o alfabetizando a adquirir um grau de letramento cada vez mais elevado. Aprender a ler e a escrever é aprender a construir sentido para e por meio de textos escritos, usando experiências e conhecimentos prévios. Isto é, desenvolver nele um conjunto de habilidades e comportamento de leitura e de escrita que lhe permitam fazer meio, e mais eficiente uso possível das capacidades técnicas de ler e escrever.

Quando o alfabetizando tinha dificuldade ou errava, carinhosamente o professor-alfabetizador levava a dificuldade para os colegas dizendo assim; surgiu um “conflito” e todos começavam a rir, imediatamente, os colegas procuravam a ajudar o colega que estava errando. Um colega fala da dificuldade de água que o pessoal está passando no estado de São Paulo. Seu filho alugou o seu apartamento lá por R\$ 1400,00 e veio morar em uma casa em São Sebastião - DF por R\$ 900,00. Inteligentemente aproveitou para trabalhar com a turma. Fez uma pergunta para todas as pessoas que estavam na sala em forma de adivinhação trabalhando a matemática. “Pessoal, vamos ver se o filho do nosso colega lucrou ou teve prejuízos com esse negócio.

Foi um momento de muita descontração, todos queriam responder e faziam contas ao mesmo tempo. Depois de ouvir as respostas de todos, ela explicou: se ele alugou seu apartamento por R\$ 1400,00 e conseguiu uma casa de R\$ 900,00 que é $1400-900= 500$. Então ele lucrou com essa transação R\$ 500,00. A partir daí ela explicou como se trabalhava a adição e a subtração.

Em seguida usando materiais concretos como tampa de garrafa, palitos de picolé, eles partiram para a resolução de algumas situações problemas trabalhando em grupo. O educador atendia individual e coletivamente. Para FREIRE (2000) o ato de aprender é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e a aventura do espírito.

Nas observações realizadas foi possível perceber que o professor-alfabetizador buscava descontraír ao máximo os alfabetizandos na realização das atividades.

3.2 O DISCURSO DOS ALFABETIZANDOS

Os alfabetizandos, quando questionados sobre a importância da leitura e escrita na vida deles foram unânimes em valorizar o conhecimento. Alguns disseram que estavam ali para aprenderem a ler e escrever para conseguirem um emprego melhor e outros disseram que queriam fazer a carteira de habilitação. Outros queriam criar uma empresa e outros, ler a Bíblia. Todos afirmavam que tinham consciência de que ser analfabeto dificulta mais ainda a aquisição de um bom emprego e a realização de seus sonhos. Mas, que se sentem mais seguros pela independência que a leitura e a escrita podem lhes proporcionar. Tal afirmativa confirma o que é apresentado na revisão de nossa literatura, quando Almeida (2004, p.118) afirma que nossos alunos da EJA “querem se transformar em pessoas autônomas e sair da desconfortável e humilhante condição de terem que pedir ajuda até para resolver questões básicas do dia a dia”.

A pergunta sobre o que mudou após a alfabetização, teve as mais variadas respostas. Alguns afirmam que suas relações familiares estão melhores porque agora conseguem ter mais compreensão com a família. Outros afirmam que estão mais confiantes até de irem à escola tratar dos problemas de seus filhos, pois agora já sabem localizar a sala, assinar o nome deles e dos filhos.

Durante as observações pode-se notar o desenvolvimento gradativo dos alfabetizando de uma aula para outra devido à prática pedagógica desenvolvidas pelo professor-alfabetizador.

Observou-se ainda que de acordo com os discursos dos alfabetizandos, a prática do letramento ajudou bastante no progresso da leitura e escrita de cada um, como pudemos constatar nos discursos a seguir:

“Olha moça, eu cheguei aqui sem saber nem onde eu estava, na verdade eu tinha vergonha de falar que eu não sabia ler nem

escrever. Você sabe como as pessoas debocham da gente (risada)”
(Sr.Pedro)

“Na verdade, eu tentei vencer na vida, sem ler ou escrever, eu tive minha filha e olha moça, o pai escafedeu-se eu tive que criar minha menina sozinha, dar para ela o que eu não tive, a educação (risos)”
(Senhora Kátia)

Os discursos dos alfabetizados apontaram um grande desenvolvimento na aprendizagem por conta da forma de ensinar e a paciência do professor-alfabetizador. Outro alfabetizado se aproximou da minha pessoa (pesquisadora) e disse: *“Você também veio dar aula para gente ou quer conversar? Aqui eu aqui achei ouro puro.*

“Sempre tive vontade de aprender a ler por conta de saber meus direitos. “Vim de Unaí, você sabe né, em Minas Gerais e lá vi meus parentes perderem terras e não fazerem nada, não conhecia de lei, eu agora estou tendo a oportunidade de estudar e não vou perder tempo”

Nos comentários dos alfabetizados ficou nítido que a alegria, a simplicidade do professor em ocupar o lugar de seus alunos ajudou muito a aproximá-los e criar laços desfazendo as amarras da desconfiança e do medo.

Nota-se ainda uma grande interação entre os alfabetizados e o professor-alfabetizador, e isso ficou comprovado nos discursos dos alfabetizados. Nos comentários e mesmo nas observações fica clara a paciência, a aproximação do professor não só nas questões pedagógicas, mas também em relação às questões pessoais dos alunos, quando os mesmos dividem os seus problemas aguardando um aconselhamento, um norte para solucioná-los.

Quanto à prática do professor-alfabetizador, algo que deixa os alfabetizados contentes e seguros, é a correção coletiva, eles aguardam ansiosos, pois é também o momento de descontração, passando como uma disputa sadia. Assim todos se esforçam para realizar as atividades.

Nas atividades de leitura e escrita das palavras geradoras, o professor há todo momento aproveita para interdisciplinar, trazendo para a sala os

questionamentos referentes às outras disciplinas, como: Geografia, História, Ciências Físicas e Biológicas, Matemática e ainda os temas transversais, como: a ética, pluralidade cultura, meio ambiente, saúde, orientação sexual e os temas locais e presentes na vida de cada um.

Nosso problema não é apenas ensinar a ler e a escrever, mas é também e, sobretudo, levar os indivíduos- crianças e adultos- a fazer uso da leitura e da escrita, envolver-se efetivamente nas práticas sociais de leitura e de escrita. (SOARES, 2001, p.18).

Outro momento muito especial na sala de aula, propiciado pelo professor, é o resgate dos provérbios, a valorização da cultura popular presente em cada um alfabetizando, representante de um estado brasileiro.

E isso o professor, faz no momento da exposição das palavras geradoras e na problematização, dando a oportunidade dos alfabetizando conhecer, criticar e partilhar experiências.

Os alfabetizados, quando questionados sobre a importância da alfabetização na vida deles foram unânimes, estavam ali não apenas para aprenderem a ler e escrever para que pudessem conseguir um emprego melhor. Afirma que têm consciência de que ser analfabeto dificulta mais ainda a procura por um emprego. Mas, que se sentem mais seguros pela independência que a leitura e a escrita proporcionam a eles. Tal afirmativa confirma o que é apresentado na revisão de nossa literatura, quando Freire (1986) afirma que muitos analfabetos buscam aprender a ler e escrever para não serem dependentes dos outros.

A pergunta sobre o que mudou após a alfabetização, teve-se as mais variadas respostas. Alguns afirmam que suas relações familiares estão melhores porque agora conseguem ter mais compreensão com a família. Outros afirmam que estão mais confiantes até de irem a escola tratar dos problemas de seus filhos, pois agora já sabem localizar a sala, assinar o nome deles e dos filhos.

3.3 O discurso do alfabetizador

Na conversa entre entrevistador e professor-alfabetizador, foi solicitado a ele que diferenciasse alfabetização e letramento. Ele foi muito seguro disse que:

“a alfabetização é algo para mim estático, fica parecendo que o sujeito só vai aprender a ler e escrever o nome e fazer algumas continhas.

Agora letramento (risos) já dá status ao sujeito.

Letramento tem tudo a ver com os ensinamentos de Paulo Freire. O sujeito aprende com as próprias experiências, com algo que é do seu cotidiano. Letramento tem uma função mais vasta. O alfabetizando tem a oportunidade de permear vários campos do conhecimento, aliás, ele transdisciplina. O exemplo bem prático é um sujeito letrado é aquele que além de ler escrever, é consciente da sua realidade social, política, econômica do país e do mundo. “Sabe lidar com os diversos gêneros textuais, faz a leitura da arte e dela abstrai mensagens.”

E para que esta transdisciplinariedade exista, deve haver diálogo com outras formas de conhecimento. Em um verso, de Fazenda (2001, p.11) nos traz uma reflexão:

Perceber-se interdisciplinar

É sentir componente de um todo. (...)

É juntar esforços na construção do mundo. (...)

É saber que a liberdade está em afirmar-se se integrando. (...)

É reconhecer no “Uni-verso”, “unidade na diversidade”.

É estar consciente de que o evoluir é lei geral (...).

O professor-alfabetizador quando questionado a respeito do planejamento e as estratégias de ensino, ele disse que primeiramente o educador da EJA deve se igualar ao alfabetizando, descer até onde for preciso, segundo ele: “parear as almas’ para poder traçar estratégias que irão facilitar a aprendizagem e sanar as dificuldades. Segundo Freire (1996, p.77), “toda

prática educativa demanda a existência de sujeitos, um, que ensinando, aprende, outro, que aprendendo ensina”. Isso significa que deve haver a interação entre o ensino e a aprendizagem e que, a educação provém da relação entre professor e aluno. perguntado ao professor se os alunos estavam aprendendo, ele relata alguns casos que recebeu alunos que não sabiam nem a primeira letra do nome, mas explica que isso não era o mais agravante. Tinham alunos que nunca frequentaram uma sala aula, para eles tudo era novidade. Não assinava o nome, apenas usava o dedo polegar para votar e receber algum benefício.

Quando foi perguntado se ele achava que esses alunos iriam aprender, o professor pegou o caderno desses alunos citados acima e mostrou ao entrevistador. Para completar pediu-lhe que mostrasse a sua carteira de identidade. Pediu ainda que falasse seu telefone e escrevesse no caderno o nome de seus dois filhos. Para completar o professor perguntou aos alunos que tinham entrado há pouco tempo no curso o que eles tinham aprendido na escola que já fazia diferença na vida deles. Foi um alvoroço! Todos tinham algo para relatar. O relato mais tocante e significativo foi uma senhora chamada Maria, como muitas outras, resolve tentar a vida na Espanha sem saber ler e nem escrever e lá ela é praticamente escravizada, como não conhece as letras como explicou a mesma, passa por situações difíceis, pois não reconhece nem mesmo a sua língua. Com a ajuda ela retornou ao Brasil e começou a estudar e ela mesma explicou que agora tudo mudou. Já tem planos de continuar os estudos e em consonância fazer um curso de espanhol para montar um restaurante na Espanha, já que tem uma grande habilidade na criação de pratos típicos brasileiros. Complementando este pensamento da aluna, Freire nos fala:

Você, eu, um sem-número de educadores sabemos todos que a educação não é a chave das transformações do mundo, mas sabemos também que as mudanças do mundo são um que fazer educativo em si mesmo. Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos. FREIRE (1991, p. 126).

Para finalizar pudemos constatar que o professor-alfabetizador da “Casa de Paulo Freire” não se preocupa apenas com o ler e escrever dos moradores de São Sebastião, ele também está à frente de alguns projetos que ajudam a comunidade, como: biblioteca da PraLapidar, congressos e seminários constantes voltados para jovens aonde são abordados temas como empregabilidade, sexualidade e adolescência, habilidades, capacidades e valores. Existem outros projetos como a Garagem cultural aonde é desenvolvida atividades relativas ao teatro, música e cultura, ocorrendo toda última sexta-feira de cada mês. Ainda existe outro projeto para crianças e adolescentes em período complementar a escola que é o “Esporte para Educar” e por fim outro projeto que têm ajudado bastante as mulheres de São Sebastião a produzir e ajudar no orçamento familiar, “Geração de renda”, pois muitas começam e estudar e se sentir capazes e com a autoestima elevada ingressam no mundo dos negócios, muitas vezes lapidando apenas o que elas já trazem com elas que é a facilidade de criar bonecos de pano, bordar, tricotar, ou fazer doces e balas artesanais. Esses produtos são vendidos em espécie de cooperativa.

Considerações finais

Neste trabalho buscou-se observar como uma organização não governamental, a Casa de Paulo Freire acolhe os alunos da EJA e como é a prática pedagógica do educador se faz utilizando o método Paulo Freire.

O estudo de caso analisado apontou que é abordado satisfatoriamente o método pedagógico usado na turma, levando em consideração os principais aspectos da EJA, ou seja, promover o processo de aprendizagem da leitura e da escrita e de se realizar no interior do debate ressaltando temas que estão presentes no cotidiano de cada um, como: valores, políticas, oprimido e opressor, economia, saúde, cidadania, trabalho, direitos sociais, religiosidade, cultura e outros.

Segundo Freire (1987) o importante na educação libertadora é os homens se sentirem sujeitos do seu pensar, sua própria visão de mundo, nas sugestões e dos companheiros.

Constatou-se que em Brasília, especificamente em São Sebastião, existem muito poucas escolas públicas que atendem a EJA fase I. O governo paulatinamente repassa a responsabilidade para a sociedade civil e muitas vezes essas organizações, como igrejas e voluntários não têm o compromisso com o conhecimento, com a prática pedagógica, tentam erradicar o analfabetismo, mas poucas têm o teor crítico e libertador que aguça e proporcione um pensamento autônomo como explica Paulo Freire (1989) não se pode reduzir a alfabetização ao ensino puro da palavra, das sílabas ou das letras. A alfabetização é a criação ou a montagem da expressão oral. A alfabetização não deve ser considerada apenas a aquisição do código escrito, mas um processo que oriente esse aluno a ler, escrever e utilizar essa leitura e escrita nas práticas sociais utilizadas as suas vivências e os seus conhecimentos prévios como norteadores desse processo.

A Alfabetização de Jovens e Adultos é uma preocupação antiga do professor Elias da Casa de Paulo Freire, como explica na entrevista, está intimamente ligado a sonhos, e anseios de uma vida melhor para os seus vizinhos, amigos da comunidade.

A Educação de Jovens e Adultos é um direito assegurado pela lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e o poder público deve

estimular o acesso bem como a permanência do jovem e do adulto na escola, mas infelizmente não é o que está acontecendo no Distrito Federal.

Se os jovens e adultos são amparados por lei e as instituições de ensino realizam o trabalho sem fazer acepção de pessoas, ou falta de paciência pelas dificuldades e limitações dos alunos, pois o trabalho não é somente transferir conhecimento ou ensinar a ler e escrever, bem como resolver continhas. Esse jovem e adulto deve ser inserido no mercado de trabalho, ou ser integrado na sociedade. Para isso ele deve aprender a ler e identificar o itinerário do ônibus, para ir e vir, ler a bula do remédio que se faz o uso, receita de bolos, manusearem o computador e dominar os comandos do uso de um cartão de banco sem necessitar ajuda de terceiros, como explica Libâneo (2009).

A escola de hoje precisa não apenas conviver com outras modalidades de educação não formal, informal e profissional, mas também articular-se e integrar-se a elas, a fim de formar cidadãos mais preparados e qualificados para um novo tempo (p. 87).

Toda essa preocupação pôde constatar no trabalho desenvolvido na Casa de Paulo Freire. Freire diz que um professor dedicado para a mudança na educação deve ser sonhador, alegre e claro, acreditar na mudança e assim ele não deve ensinar somente ler e escrever. Ele deve ensinar a romper paradigmas, reviver a esperança em um terreno árido sem mais nenhuma perspectiva e esses alunos transformem em sujeitos pensantes, atuantes, críticos e conscientes do que lhes envolvem o seu dia a dia. Portanto, o professor deve ser alegre e esperançoso para que essa alegria transborde e chegue até seus alunos, como explica Freire (1982, p.80).

E pode-se dizer que embora a Casa de Paulo freire já se faz presente com um trabalho já fundamentado e reconhecido por muitos, ela resiste sem nenhum convênio ou ajuda financeira do estado, somente realiza este trabalho com a ajuda de alguns voluntários. Cabe a nós professores cobrarmos dos nossos governantes essa falta de responsabilidade no cumprimento do dever, abre concurso para professor, mas não chama, não convoca os temporários e assim a Educação de Jovens e Adultos vai ficando a mercê da sorte ou da pena da sociedade civil que não tem nenhum dever com a Educação. Freire (2003) alerta-nos em relação à política e à educação, ao dizer que:

(...) o desrespeito aos direitos e não cumprimento de deveres entre nós é de tal modo generalizado e afrontoso, que o clima que nos caracteriza é o da irresponsabilidade. Irresponsabilidade de presidentes, de ministros, de eclesiásticos, de legisladores, de diretores, de comandantes, de fiscais, de operários. A impunidade é a regra. Aplauda-se o espertalhão que rouba um milho. Pune-se, porém, o miserável que rouba um pão (FREIRE, 2003, p.89)

É importante também ter em vista o valor que a escola pode ter para esses jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de estudar mais cedo. A mera aquisição de conhecimentos ou essas conquistas intelectuais a que nos referimos, ao avaliar sua passagem por programas de educação fundamental, como objetivo a conquista que diz respeito à sua auto-imagem e à sua sociabilidade “agora eu me sinto mais seguro, não tenho vergonha de falar”, “a escola era o lugar onde eu podia encontrar amigos e conversar, na escola a gente aprende a conviver com gente diferente”. (RIBEIRO, 1997, p. 45).

REFERÊNCIA

- ALMEIDA, Patrícia Teixeira de. **Representações sociais do analfabetismo na perspectiva de jovens e adultos não alfabetizado**. 2004. Tese (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Brasília, Brasília.
- BARCELOS, Valdo. **Avaliação na Educação de Jovens e Adultos: uma proposta solidária e cooperativa**. Petrópolis, Ed. Vozes, 2014.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. **Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de adultos**. São Paulo: Editora Pioneira, 1974.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.
- DEAQUINO, Carlos Tasso Eira. **Como aprender: andragogia e as habilidades de aprendizagem**. 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- DANYLUK, Ocsana Sônia (Org.). **Educação de adultos**. Porto Alegre, RS: Sulina, 2001.
- Fazenda, Ivani. (Org). **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 27 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. **Política e educação popular: a prática de Paulo Freire no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1984.
- _____. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Editora. Paz, 1987.
- _____. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 34ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____, **Educação como prática da liberdade**. 26 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____, **A Educação na Cidade**. 17 ed. São Paulo: Editora Cortez; 1991.

_____, **Política e Educação**. São Paulo: Cortez Editora, 7ª edição, 2003.

_____, **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo. 3ª ed, ed Centauro: 2006.

FONTANA, Roseli **A. Cação. Como nos tornamos professoras?** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FORRESTER, Viviane. O horror econômico. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

GADOTTI, Moacir, Romão, José E. (Orgs). **Educação de Jovens e Adultos: Teoria, Prática e Proposta**. 10 ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 10 ed. São Paulo, SP, Ed Atlas S.A, 2007.

GOUVEA, Antônio Fernando de. Política Educacional e Construção da Cidadania. In: SILVA, Luiz Heron (org.) et alii. **Novos Mapas Culturais, Novas Perspectivas Educacionais**. Porto Alegre: Ed. Sulinas, 1996.

HADDAD, Sérgio. **Estado e educação de adultos (1964-1985)**. São Paulo: Ática, 1991.

LA VILLE, Christian. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIBÂNEO. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LÚDKE, M.; ANDRÉ, M. E.D. A. de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 1. ed. São Paulo: EPU, 1986.

MAGNANI, J.G.C. Discurso e representação, ou como os Baloma de Kiriwina podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. In: CARDOSOS, R. **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986..

MARTINS, José de Souza. Reflexão crítica sobre o tema da “exclusão social”. In: _____. **A Sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MOYSÉS, Lúcia M.M. **A auto-estima se constrói passo a passo**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

QUEIROZ, NORMA L. **Políticas públicas de alfabetização de jovens e adultos**. Brasília: SESI, 2003.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil: Educação Popular e Educação de Adultos**. 6ed. São Paulo: Loyola, 1972.

PNEDH, 2007. Disponível em Acesso em 31/10/11.

POCHMANN, Márcio. **Padrão de emprego e custo de mão-de-obra no Brasil**. UNICAMP – IE/CESIT-STb/GDF-MTb. 1996 (mimeo).

ROMANELLI, Otaiza. **História da Educação no Brasil**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: **A Formação e o Sentido do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão (coordenação). **Educação de jovens e adultos - Proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental**. São Paulo: Ed. Ação Educativa, MEC / Brasília, 1997.

SOARES, Leôncio J. G. **A educação de adultos na História**. Trabalho apresentado na XX Reunião Anual da ANPED, 1997 (mimeo) em Minas Gerais.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOUZA, João Francisco. **A educação escolar, nosso fazer maior desafia nosso saber**: Educação de Jovens e Adultos. Recife, NUPER, Ed. Bagaço, 2000.

VIEIRA, Maria Clarisse. **Políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil: Experiências e Desafios no Município de Uberlândia – MG (anos 80 e 90)**. UFU, Uberlândia, MG. Dissertação de Mestrado, 2001.

Apêndice A

Roteiro de observação em sala de aula

Data

Horária

Quantos alunos estavam presentes: _____

1. Observar a prática pedagógica do professor em relação:
 - Faz leitura para e com os alunos?
 - Que tipo de texto ele Lê para e com os alunos?
 - Os alunos conseguem acompanhar? Eles já lêem sozinhos?
 - Os alunos escrevem? Eles já escrevem sozinhos, o que eles escrevem?
 - Os alunos trabalham com a matemática?
 - Os alunos participam da aula, opinando sobre os textos e discussões em sala de aula?
 - Os alunos trabalham em grupo em sala de aula?
 - Como é a frequência dos alunos?
 - Como o professor trabalha algum tema de interesse dos alunos?
 - Como o professor planeja para trabalhar com os alunos?
 - Se for possível inclua outras questões que não foram lançadas aqui.
 - Como os alunos interagem uns com os outros?
 - Quais as estratégias desenvolvidas pela professora em sala de aula?
 - Existe um ambiente alfabetizador?
2. Observar a relação entre professor-aluno nas turmas participantes do estudo:

Apêndice B

Roteiro da Entrevista Semiestruturada com o alfabetizador na Casa de Paulo Freire

I-Identificação

1.1 Nome:

1.2 Idade:

1.3 Sexo:

1.4 Formação continuada: Que curso fez (em geral) e quais na área da Educação de Jovens e Adultos?

Desenvolvimento

1. Conte um pouco sobre a sua formação profissional, suas experiências com a Educação de Jovens e adultos.
2. Se alguém lhe perguntasse o que era alfabetização e letramento para jovens e adultos, o que você diria? Dê um exemplo.
3. Como planeja as estratégias de ensino desenvolvidas em sala para jovens e adultos?
4. Em sua opinião, os alunos aprendendo? Em caso positivo, o que eles estão aprendendo?
5. Você acredita que eles vão aprender? Justifique.
6. Em sua opinião, os alunos aplicam o que aprendem na escola? Justifique com um exemplo.

Apêndice C

Roteiro da Entrevista Semiestruturada com os alunos de EJA na Casa de Paulo Freire

I- Identificação

Nome:

Idade:

Sexo:

Trabalha?

Naturalidade

O que você faz?

1. Conte um pouco sobre a sua história com a escola. O que você sabe ler? O que sabe escrever?
2. Por que resolveu estudar?
3. O que você aprende aqui na escola, você usa no seu dia a dia?
4. O que gostaria de ler e escrever?
5. Aprender a ler e escrever agora, o que mudou em sua vida?